

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES

Requer que sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor Alexandrino de Salles Ramos Alencar, ex Diretor da empresa Odebrecht, para prestar depoimento nesta CPI.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 58, § 3º da Constituição Federal, 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Sr. Alexandrino de Salles Ramos Alencar, ex Diretor da empresa Odebrecht, para prestar depoimento nesta CPI criada *“com a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público”*.

JUSTIFICATIVA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, empresa pública federal, sempre foi importante instrumento de financiamento de longo prazo no país. Trata-se de instituição que conta com corpo técnico do mais alto padrão, focando sua atuação na promoção do investimento, variável-chave para o crescimento econômico sustentável.

Nos últimos anos, notadamente a partir do 2º governo Lula, optou-se por conferir ao Banco importância ainda maior. Se poucos anos atrás a instituição desembolsava algo como R\$ 60 bilhões ao ano, hoje esse número se aproxima dos R\$ 200 bilhões. Isso o coloca entre as maiores

instituições de desenvolvimento do mundo, ultrapassando, em valores financiados, até mesmo o Banco Mundial.

Para suportar tamanho aumento de participação no crédito da economia brasileira, o governo optou por acionar uma fonte de captação para o BNDES que inexistia até recentemente. Passou o Tesouro Nacional a conceder crédito ao Banco, em montantes que, somente de 2009 pra cá, situam-se na casa de R\$ 500 bilhões.

Essa montanha de recursos públicos vem sendo concedida a um custo bastante elevado para a população brasileira. O Banco deve ao Tesouro à TJLP, enquanto o custo de captação do Tesouro equivale, grosso modo, à Selic. Atualmente, a diferença entre essas 2 taxas implica subsídio nas operações do BNDES na casa de algumas dezenas de bilhões de reais ao ano.

A despeito disso, a instituição tem se pautado pela falta de transparência em suas operações. Não fornece informações sobre operações com empresas daqui ou do exterior. Tem se negado também a fornecer dados relacionados a empréstimos que envolvem outros países/governos. Ademais, falta transparência aos critérios de escolha das empresas que fazem jus a operações com taxas e demais condições tão atraentes.

Não obstante, o diretor da Odebrecht, Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, teve uma conversa telefônica grampeada quando falava com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo relatório reservado da Polícia Federal ao juiz Sérgio Moro abordando o monitoramento telefônico da movimentação dos diretores da Odebrecht às vésperas da prisão, no dia 19 de junho.

Na referida ligação grampeada, Lula e Alexandrino se mostravam preocupados “em relação a assuntos do **BNDES**”. No relatório da PF, há também menções aos momentos que precederam a prisão de Alexandrino, com informações de que o executivo recebeu ligações telefônicas de Marta Pacheco Kramer, que seria ligada ao Instituto Lula.

Diante de todo o exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, entendemos indispensável a oitiva do Sr. Alexandrino de Salles Ramos Alencar, ex diretor da empresa Odebrecht importante executivo da companhia que recebeu diversos apoios financeiros do BNDES.

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

HEULER CRUVINEL

Deputado Federal

PSD/GO